



O Que É uma Pessoa? A Visão de Gordon H. Clark

Teologia · Antropologia · 22 de julho de 2026

Esse artigo é único em seu conteúdo, mesmo que continuando uma discussão que ocorre em linhas do artigo [O Homem Cristo Jesus](#). Sendo assim, por facilidade serão repetidos alguns argumentos, mas se manterá a novidade de conteúdo.

I. A pergunta que todos usam e ninguém responde

Antes de responder o que é uma pessoa, convém perguntar se aquele que pergunta sabe o que está perguntando. A palavra circula com a desenvoltura das moedas gastas: o direito fala de pessoa física e jurídica, a psicologia fala de personalidade, o teólogo recita que Deus subsiste em três Pessoas e que Cristo é uma Pessoa em duas naturezas, e a multidão, que jamais definiu um único termo em toda a sua vida, decide nos tribunais e nos parlamentos quem é pessoa e quem pode ser morto no ventre por não o ser. Todos usam a palavra; quem a definiu? Se ninguém a definiu, então as sentenças que a contêm ainda não significam nada de preciso, e o debate teológico, jurídico e moral que sobre ela se apoia é uma troca de ruídos solenes. A pergunta pelo significado precede a pergunta pela verdade, pois não se pode julgar verdadeira ou falsa uma sentença cujo sujeito é uma sílaba vazia.

Gordon Haddon Clark, o filósofo presbiteriano, teve a ousadia de fazer essa pergunta no interior da teologia mais ortodoxa, onde ela era menos bem-vinda. Ele observou que o Credo de Calcedônia, venerado como o ápice da cristologia, está repleto de termos que os próprios pais conciliares não definiram: ousia, physis, hypostasis, prosopon, a máscara teatral latina persona. E a dificuldade principal nem sequer é de tradução. Se hypostasis ou persona significa pessoa, ainda devemos formar uma definição de pessoa; e Clark pergunta, com a impertinência de quem leva a lógica a sério, se alguma pessoa pode ter duas vontades e dois intelectos, o que faltava à chamada natureza humana de Cristo para que ela não fosse uma pessoa humana, e como alguém pode ser verdadeiro homem sem ser pessoa humana, visto que, embora nem toda pessoa seja homem, todo homem é pessoa.¹ A suspeita que ele levanta é perturbadora e, uma vez formulada, não pode mais ser recolhida: não é plausível que os pais da Igreja não entendessem plenamente o que estavam dizendo? A ortodoxia verbal que repete fórmulas indefinidas confunde a solenidade da repetição com o conhecimento que jamais adquiriu, e celebra como mistério aquilo que, examinado, se revela apenas ausência de definição.

Dessa suspeita nasce o programa metodológico de Clark, que ele resume num imperativo digno de ser gravado no portal de toda faculdade de teologia: Descarte ou Defina. Termos que não admitem definição

devem ser expulsos do discurso; termos indispensáveis devem ser definidos antes de serem usados. A primeira vítima desse tribunal é a palavra substância. Clark a chama de sílaba sem sentido e exige seu banimento completo da teologia, pois postular um suporte incognoscível por baixo das qualidades de uma coisa, um substrato do qual nada se pode dizer senão que sustenta o que não precisa ser sustentado, é fantasia inútil.² Uma palavra que se aplica a tudo não distingue nada, e o que não distingue nada não significa nada. O termo pessoa, porém, recebe veredito diferente. Ele não pode ser descartado, porque a Escritura e a fé o exigem: a Trindade consiste de Pessoas, o Mediador é Pessoa, o homem criado à imagem de Deus é pessoa. Logo, ele deve ser definido. E é precisamente aqui que Clark faz algo que quase nenhum teólogo em quinze séculos se dispôs a fazer.

II. O cemitério das definições rivais

Quem procura uma definição de pessoa na filosofia secular caminha por um cemitério. Clark percorreu esse cemitério lápide por lápide, e a honestidade exige que o façamos com ele, porque o método apagógico é este: as alternativas devem ser exibidas e executadas antes que a tese verdadeira apareça, para que ninguém alegue que havia outro caminho.

A primeira lápide é a do senso comum. A opinião comum sustenta que a existência da própria pessoa é, de todas as coisas, a mais fácil de conhecer e a mais imediata: nada me seria mais evidente do que eu mesmo. Clark desmonta essa presunção com um argumento histórico devastador. Se o autoconhecimento fosse imediato e fácil, por que as Enéadas de Plotino, que podem ser lidas em sua totalidade como uma tentativa determinada, detalhada e desesperada de conhecer a si mesmo, terminam ensinando sobretudo a dificuldade de conhecer a própria existência? Por que Agostinho e Hegel tropeçaram no mesmo ponto? Diante de tais complexidades, escreve Clark, um apelo improvisado ao autoconhecimento não tem muito peso.³ O homem que diz saber o que é uma pessoa porque sente a si mesmo confunde familiaridade com conhecimento; ele está familiarizado consigo como o analfabeto está familiarizado com o alfabeto que não sabe ler.

A segunda lápide pertence a Aristóteles e à tradição da substância. Definir pessoa como substância individual de natureza racional, na fórmula que Boécio legou à escolástica, é definir o desconhecido pelo incognoscível, pois a substância é exatamente aquele substrato do qual nada se pode predicar. Clark lembra que o próprio Aristóteles admitiu que os indivíduos não podem ser conhecidos, e que um conceito isolado, seja substância, seja qualquer outro, não é objeto de conhecimento, porque não é verdadeiro nem falso; somente a proposição pode ser verdadeira, e a verdade sempre vem em proposições.⁴ Uma definição de pessoa construída sobre a substância é uma casa construída sobre uma palavra que significa, na confissão do próprio empirismo que a herdou, algo que não sei o que é.

A terceira lápide é a de Hume, e diante dela Clark faz algo raro em polemistas: presta homenagem ao adversário. Hume aboliu a substância e tentou definir a pessoa como um complexo de sensações e impressões. Clark declara que a definição é inaceitável, mas que a tentativa é digna de louvor, e recomenda Hume aos teólogos justamente por ter feito o que eles se recusaram a fazer: abolir a sílaba vazia e propor uma definição real.⁵ O erro de Hume não está na forma da definição, um complexo de conteúdos mentais, mas na matéria escolhida: sensações. Sensações são fugazes, privadas, incomunicáveis e, sobretudo, inaplicáveis a Deus, que não tem órgãos sensoriais; uma definição de pessoa que não pode ser aplicada às três Pessoas da Trindade fracassou no seu teste supremo, pois os termos técnicos existem para evitar ambiguidade, e uma definição de pessoa que fizesse de Deus uma não-pessoa seria pior do que inútil.

A quarta lápide abriga o materialismo e o behaviorismo, a superstição contemporânea segundo a qual o homem pensa com o cérebro ou, como sustentava John Dewey, com todos os seus músculos. Clark

observa que a maioria das pessoas está tão ocupada com seus corpos que perdeu todo entendimento do espírito, e que algo invisível, intangível, inteligente e que não ocupa espaço algum está além do poder de apreensão delas. Contra esse materialismo ele levanta a Escritura: Moisés, morto há séculos, conversa com Cristo no monte da Transfiguração; o ladrão crucificado estaria naquele mesmo dia com Cristo no paraíso.⁶ Se a pessoa fosse o corpo ou uma função do corpo, Moisés não conversaria e o ladrão não estaria em parte alguma. O que subsiste quando o corpo apodrece é a pessoa; logo, a pessoa não é o corpo, e qualquer definição corporal ou comportamental já nasceu refutada pela ressurreição e pela vida intermediária.

A quinta lápide, enfim, guarda o existencialismo e todo apelo ao eu inefável, ao indivíduo existente que estaria além de toda proposição. Quando o crítico objeta que o eu não é uma proposição, Clark responde que essa objeção pressupõe um Ich-an-sich, um eu em si incognoscível à maneira da coisa em si kantiana, e que Ser e Realidade são termos tão universais que nada significam: se as árvores existem e são reais, os sonhos também existem e as alucinações são alucinações reais; a pergunta filosófica jamais é se algo existe, mas o que algo é.⁷ O existencialista que protege sua pessoa contra a definição não a salvou; apenas a tornou incognoscível para si mesmo, para os outros e, se fosse coerente, para Deus. Ele defende a dignidade do eu condenando o eu ao silêncio eterno.

O saldo do percurso é este: o senso comum não sabe, a substância nada diz, a sensação não alcança Deus, a matéria não sobrevive à morte e o eu inefável não pode nem sequer ser mencionado sem contradição. Quem, depois disso, ainda acusar a definição de Clark de estranha, deverá primeiro apresentar a sua, e descobrirá que não a tem.

III. A definição: a pessoa como composto de proposições

Clark não extrai sua definição da especulação, mas da Escritura, e este ponto deve ser sublinhado com força, porque é aqui que o escrituralismo se distingue de toda antropologia filosófica. O ponto de partida é Provérbios 23.7: como o homem pensa no seu coração, assim ele é. Douma registra que foi na própria Bíblia que Clark encontrou a definição de pessoa que a tradição não fornecera, e que dali ele perguntou retoricamente: não podemos inferir que um homem é o que ele pensa?⁸ A elaboração, nas palavras do próprio Clark, é esta: a proposta é que um homem, uma pessoa, é uma congregação, um sistema, às vezes uma aglomeração de miscelânea, mas de qualquer forma um conjunto de pensamentos; um homem é o que ele pensa, e não há dois homens que sejam precisamente a mesma combinação.⁹

Em *A Encarnação*, sua obra derradeira, ditada enquanto o corpo se desfazia e a mente permanecia lúcida, Clark deu à definição sua forma final e mais exata: visto que Deus é a Verdade, devemos definir pessoa, rejeitando com Hume o termo sem sentido substância, como uma composição de verdades; um pouco mais exatamente, visto que todos os homens cometem enganos e creem em algumas falsidades, a definição deve ser uma composição de proposições; como um homem pensa em seu coração, assim ele é; um homem é o que ele pensa.¹⁰ A distinção interna da definição merece atenção, porque nela está a diferença entre o Criador e a criatura: Deus, que não erra, é um composto de verdades; o homem, que erra, é um composto de proposições, verdadeiras e falsas misturadas. E Clark fecha a questão com a sentença que escandalizou seus críticos e que constitui, talvez, a formulação mais nítida de toda a sua antropologia: quer as proposições sejam verdadeiras ou falsas, uma pessoa é as proposições que ela pensa.¹¹

Que ninguém deprecie essa definição como reducionismo antes de entender o que ela reduz e o que ela exalta. Ela reduz o homem? Ao contrário: ela o define pelo que há nele de mais alto, o pensamento, e o liberta do corpo, da química, do acaso genético e da opinião alheia. Ela afirma que a alma, ou a mente, pois para Clark cada pessoa é sua mente ou alma, é o próprio homem, e que esse homem é espírito

pensante, cognoscível por Deus até a última proposição e destinado a pensar eternamente. O materialista define o homem por seus neurônios; o freudiano, por seus impulsos; o economista, por seu consumo; o existencialista recusa-se a defini-lo. Clark o define por aquilo que a Escritura declara ser o lugar da imagem de Deus. Colossenses 3.10 ensina que a imagem consiste principalmente em conhecimento, racionalidade ou lógica, e Clark acrescenta que não poderia haver justiça alguma, nem sequer pecado, sem racionalidade, pois a obediência depende da compreensão dos preceitos, e os animais, que não podem pecar, tampouco podem ser justos, precisamente porque são irracionais; a imagem de Deus, que distingue o homem dos animais, é basicamente lógica.¹² Definir a pessoa como composto de proposições é, portanto, definir o homem pela imagem de Deus nele, e nenhuma antropologia rival pode reivindicar tanto.

A definição também dissolve uma tripartição que a psicologia piedosa repete sem examinar, pelo menos faz dela pedaços de uma mesma coisa: a divisão da alma em intelecto, vontade e emoção, como se fossem três faculdades ou três departamentos. Clark sustenta que a pessoa é uma unidade. Quando se trata do ato de crer que uma proposição é verdadeira, a volição e a intelecção se interpenetram num único estado mental a ponto de se tornarem indistinguíveis; não há volição sem intelecção nem intelecção sem volição, e a comum divisão tríplice da pessoa em emoção, intelecto e vontade é tão enganosa quanto o id, o ego e o superego.¹³ A imagem do comitê de faculdades que deliberam entre si deve ser abandonada em favor do que a Escritura de fato apresenta: uma mente una que pensa, na qual crer, querer e amar são modos de um único pensar. Por isso a fé salvadora, para Clark, jamais poderia ser um sentimento não-intelectual alojado num coração metafórico: crer é assentir a proposições, e a pessoa que crê é a pessoa inteira, porque a pessoa inteira é pensamento.

E se alguém, treinado na retórica pietista, objetar que confiamos numa Pessoa e não em proposições, Clark responde que a disjunção entre a fé numa pessoa e a crença num credo é uma ilusão, pois a confiança numa pessoa é um conhecimento de uma pessoa, isto é, uma questão de assentir a certas proposições a respeito dela.¹⁴ Ninguém empresta dinheiro a quem crê ser desonesto; ninguém confia no banco cujas proposições de estabilidade rejeita. A objeção pietista, examinada de perto, revela-se um elogio involuntário à definição: se conhecer uma pessoa é conhecer proposições sobre ela, e se conhecê-la exhaustivamente seria conhecer todas as proposições que a constituem, então a pessoa é, para o conhecimento, exatamente o que Clark disse que ela é. Leibniz, convocado por Clark como testemunha filosófica, já ensinara que o conceito completo de um sujeito individual contém todos os seus predicados, de modo que Deus, vendo o conceito individual de Alexandre, vê nele a base e a razão de todos os predicados que dele podem ser verdadeiramente afirmados; e Clark conclui que o ego é uma definição complexa que inclui a história inteira da pessoa e seu estado no mundo futuro, definição que Deus conhece porque a determinou, e que a própria pessoa, nesta vida, não conhece.¹⁵ Eis a inversão que humilha o orgulho cartesiano: longe de ser o objeto mais bem conhecido, eu sou, para mim mesmo, um complexo de proposições que só Deus lê por inteiro. Meu nome, como Clark disse do seu crítico Raymond, é o rótulo de um longuíssimo complexo de proposições.¹⁶ Conhece-te a ti mesmo deixou de ser o primeiro mandamento da filosofia e tornou-se uma promessa escatológica.

IV. A prova de fogo: a Trindade

Toda definição teológica deve ser testada onde a pressão é máxima, e a pressão máxima é a Trindade. Se a definição de pessoa não se aplicar às três Pessoas divinas, ela fracassou, pois foi para falar delas que o termo foi forjado. Clark submete sua definição ao teste com a Escritura aberta: Deuteronomio 32.4 chama Deus de Deus de verdade; o Salmo 31.5 o chama Senhor, Deus da verdade; Cristo declara, em João 14.6, eu sou a verdade; o Espírito é chamado, em João 15.26 e 16.13, o Espírito da verdade, e 1 João 5.6 afirma que o Espírito é a verdade.¹⁷ Se Deus é a Verdade, e se a verdade vem sempre em proposições, então

quem define as Pessoas divinas como compostos de verdades está apenas lendo a Escritura com os olhos abertos, em vez de impor a ela categorias tomadas de empréstimo à metafísica grega.

A objeção imediata dos teólogos, Clark a previu e enfrentou: se cada Pessoa é onisciente, as três teriam o mesmo complexo de verdades e a Trindade se reduziria a uma única Pessoa. A resposta de Clark é de uma precisão que envergonha séculos de vaguidade: as três Pessoas são igualmente oniscientes, mas não conhecem exatamente as mesmas verdades. Nem o complexo de verdades que chamamos Pai, nem o que chamamos Espírito, contém a proposição eu estava encarnado; essa proposição ocorre somente no complexo do Filho. O Pai não pode dizer eu andei de Jerusalém a Jericó; o Espírito não pode dizer eu gerei o Filho. Por conseguinte, a Divindade consiste de três Pessoas, cada uma onisciente sem ter precisamente o mesmo conteúdo.¹⁸ O Pai sabe que o Filho foi encarnado, e o sabe perfeitamente; mas a proposição indexical na primeira pessoa, eu fui encarnado, pertence ao Filho e somente a ele. A distinção das Pessoas, que a tradição confiava a relações de origem envoltas em mistério verbal, recebe aqui um fundamento inteligível sem que a consubstancialidade se perca, pois as três Pessoas compartilham a totalidade das verdades comuns e a mesma onisciência, distinguindo-se apenas naquelas proposições que a própria Escritura distingue quando atribui a encarnação ao Filho e não ao Pai. E Clark acrescenta que, se isso vale para a Trindade, nenhuma dificuldade resta quanto à distinção das pessoas humanas: cada uma é um complexo individual, cada uma é sua mente ou alma, e não há dois homens que sejam a mesma combinação.

Alguns críticos, como Holmes, reagiram declarando que o sistema de Clark é um idealismo metafísico completo e que dele decorre a conclusão, para eles desastrosa, de que Deus é um conjunto de proposições.¹⁹ Note o leitor a estrutura da objeção: ela não demonstra falsidade alguma; apenas exhibe uma consequência e conta com o espanto do público para fazer as vezes de refutação. Mas o espanto não é um argumento. Se Deus conhece exaustivamente a realidade, se o conhecimento é proposicional, e se a Escritura chama Deus de Verdade, então a conclusão de que Deus é o sistema eterno e onisciente de todas as verdades segue por dedução necessária das premissas, e o que segue por dedução necessária de premissas escriturísticas tem o estatuto de teorema, por mais que escandalize os hábitos. O que o crítico deveria fazer, e não fez, é apontar a premissa falsa ou a inferência inválida. Enquanto não o fizer, sua objeção pertence ao gênero das exclamações, e exclamações não refutam silogismos. A alternativa que ele oferece, um Deus que seria pessoa sem ser um conjunto de verdades, devolve a teologia ao substrato incognoscível, isto é, à sílaba sem sentido da qual Clark a havia libertado. Entre um Deus definido como a Verdade e um Deus indefinível por princípio, o cristão que leva João 14.6 a sério não hesita.

V. A prova de fogo maior: a Encarnação

Se a Trindade é a pressão máxima, a Encarnação é a temperatura máxima, e foi nela que Clark gastou suas últimas forças. O problema é conhecido de todo estudante honesto de cristologia, embora os manuais o anestesiem: Calcedônia afirma que Cristo é verdadeiro homem, e a teologia subsequente afirma que sua natureza humana é impessoal, anipóstata, carente daquilo que faria dela uma pessoa. Clark expõe o absurdo com a crueldade da lógica: após declarar que Jesus foi um homem verdadeiro, os teólogos argumentam que ele não foi um homem de forma alguma, mas apenas uma natureza, uma série de qualidades anexadas à Segunda Pessoa; e ao mesmo tempo atribuem ao Logos eterno e imutável o cansaço, a sede, o crescimento em sabedoria e estatura, contradizendo num parágrafo o que afirmaram no anterior. Ora, se todo homem é pessoa, um Cristo que não é pessoa humana não é homem, e o próprio adjetivo verdadeiro, aplicado com tanta insistência à sua humanidade, trai a fraqueza da posição, pois quem diz a verdade não precisa jurar a cada linha que ela é verdadeira. A Escritura, simples e claramente, diz: o Homem Cristo Jesus.²⁰

A definição de pessoa como complexo de proposições permite a Clark dizer o que Calcedônia quis e não conseguiu dizer. Se uma pessoa é um complexo de proposições, então havia em Cristo o complexo divino do Logos onisciente, que sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder e que jamais poderia deixar de sustentá-las sob pena de o universo cessar no dia do seu nascimento, e havia o complexo humano do menino que crescia em sabedoria, que ignorava o dia e a hora, que tinha sede junto ao poço. Dois complexos de proposições, duas mentes, e portanto, nos termos da definição, uma pessoa divina e uma pessoa humana unidas de modo único e sem paralelo, pois o Logos não foi meramente a luz e a mente de Cristo como o é de todo homem que vem ao mundo, mas habitou nele corporalmente com toda a plenitude da divindade, de sorte que os profetas possuíam algumas das proposições divinas e Cristo as possuía todas.²¹ Clark morreu ditando essas páginas em fevereiro de 1985, e John W. Robbins, a pedido do próprio autor, acrescentou ao manuscrito interrompido dois parágrafos finais fiéis ao seu espírito, nos quais a conclusão é enunciada sem rodeios: Jesus Cristo foi e é tanto Deus como homem, uma Pessoa divina e uma pessoa humana, e, uma vez definidos e claramente entendidos os termos chaves, a Encarnação se revela um milagre ainda mais estupendo e imponente do que a Igreja até aqui expressou.²² Quem grita nestorianismo diante dessa conclusão deve primeiro responder à observação histórica e lógica de Clark: nem Nestório nem seus oponentes tinham qualquer ideia clara do que uma pessoa é; usaram a palavra sem lhe atribuir significado, e uma condenação proferida em termos sem sentido não condena coisa alguma.²³ Anatematizar Clark com o vocabulário que Clark demonstrou ser vazio é responder à aritmética com liturgia.

Digo isto com sobriedade e sem esconder o peso do passo: a conclusão de duas pessoas é singular, contraria a linguagem consagrada e deve ser examinada, como tudo, à luz da Escritura, que é o único axioma. A pergunta legítima que ela levanta, a saber, o que une as duas pessoas num só Cristo, num só Senhor, num só Mediador, tem resposta, e a resposta se constrói com os materiais que a própria Escritura fornece: a união é decretal na sua raiz, pois no pacto da redenção Deus definiu eternamente um só ofício mediador exercido pela Pessoa divina e pela pessoa humana em comunhão singular, e é habitativa na sua forma, pois em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade, sem medida, como em nenhum outro homem que vem ao mundo; e no universo governado pelo decreto nada existe de mais forte do que aquilo que a mente onipotente de Deus definiu, de sorte que a unidade decretal do Mediador é mais sólida do que qualquer cola metafísica feita de palavras indefinidas. Aqui basta registrar que a objeção da unidade não fica sem resposta, e que ela é respondida com Escritura, e não com sílabas. O que não se pode fazer, sob pena de desonestidade intelectual, é rejeitar a conclusão em nome de fórmulas cujos termos permanecem indefinidos há dezesseis séculos. O ônus da prova pertence a quem usa palavras sem significado, e não a quem as define. Se o crítico possui uma definição de pessoa que preserve a fórmula calcedoniana e sobreviva ao interrogatório lógico, que a apresente; até hoje, nenhum a apresentou.

VI. A individuação pelo índice: a proposição que somente eu posso pensar

A definição, uma vez estabelecida, gera do seu próprio interior duas objeções que nenhum crítico externo precisaria formular, porque um pensador honesto as formula contra si mesmo. A primeira pergunta pelo princípio de individuação: se uma pessoa é um complexo de proposições, e se duas mentes podem pensar as mesmas proposições, o que impede que duas pessoas colapsem numa? A segunda pergunta pela identidade através do tempo: as proposições de um homem mudam a cada hora, o menino não pensa o que o velho pensa, e se a pessoa é a lista dos seus pensamentos, cada manhã acordaria uma pessoa nova. Hume conheceu essas duas feridas e morreu sem fechá-las, pois quem reduz a pessoa a um feixe fica devendo o princípio que amarra o feixe. A resposta está semeada no próprio texto de Clark, naquela observação sobre a Trindade que os críticos leram como curiosidade e que constitui, examinada de perto,

a descoberta mais profunda do tratado: as três Pessoas são igualmente oniscientes, e contudo somente o complexo do Filho contém a proposição eu fui encarnado. Há uma diferença lógica real, irreduzível, entre a proposição o Filho foi encarnado, que as três Pessoas conhecem, e a proposição eu fui encarnado, que somente o Filho pode pensar. Nenhuma soma de proposições na terceira pessoa produz a proposição na primeira pessoa, assim como nenhuma descrição completa de um mapa, por mais exaustiva que seja, produz a proposição eu estou aqui. O conhecimento sobre alguém jamais se converte, por acúmulo, no conhecimento que esse alguém tem de si como si.

Segue-se um teorema que proponho como interpretação fiel e desenvolvimento necessário da definição: uma pessoa é individuada pelo conjunto das proposições que somente ela pode pensar na primeira pessoa. O complexo proposicional que constitui uma pessoa não é um saco amorfo de conteúdos intercambiáveis; é um sistema orientado, polarizado por um índice, o eu, que nenhuma outra pessoa pode ocupar. Duas mentes podem partilhar noventa e nove por cento dos seus conteúdos; jamais partilharão o índice. E o escrituralismo expansionista lê a mesma estrutura no mesmo lugar onde Clark a leu: o Pai, o Filho e o Espírito conheciam o plano inteiro da redenção, mas o Pai não pensa eu morrerei na cruz, nem o Espírito, enquanto o Filho afirma essa proposição na primeira pessoa; o conteúdo do plano é comum, a relação pessoal com o acontecimento é incomunicável, e assim se preserva, de um só golpe, a unidade da Deidade contra o triteísmo e a distinção real das Pessoas contra toda máscara modalista.

O mesmo teorema fecha a segunda ferida, a da identidade no tempo, e a fecha com um recurso que Hume não tinha e não podia ter: o decreto. O que individua a pessoa através dos anos não é o instantâneo momentâneo do seu fluxo mental, que muda, mas o sistema total e ordenado das proposições indexadas que Deus eternamente decretou como constituindo aquela mente, do primeiro ao último pensamento. O menino e o velho são a mesma pessoa porque pertencem ao mesmo sistema decretado, ao mesmo eu que Deus definiu antes da fundação do mundo. A identidade pessoal não repousa sobre um substrato incognoscível chamado substância, nem sobre a memória falível, como queria Locke, cuja teoria faria do amnésico um recém-nascido e do sonho profundo uma pequena morte; repousa sobre a definição eterna que a mente divina pensa de cada mente criada. Um homem é o que Deus pensa dele, e o que Deus pensa, pensa imutavelmente. O feixe de Hume se desfazia porque o seu sistema não tinha decreto que o amarrasse; o de Clark tem, e o ocasionalismo torna o amarrar visível: Deus causa pensamentos distintos em pessoas distintas, uma crê, outra rejeita, uma ama, outra odeia, e a comunicação direta da parte de Deus não mistura consciências, assim como a causação direta de duas pedras não as funde numa pedra só; o Deus que conhece todas as proposições determina os limites e os conteúdos das mentes que fez, e a própria imputação da culpa e da justiça exige esses sujeitos criados, definidos e inconfundíveis. Vincent Cheung, lendo a Segunda Epístola aos Tessalonicenses, descreve a vida espiritual inteira segundo essa mesma gramática: doutrinas cridas e ação divina na alma, pois o evangelho se torna eficaz no homem por uma operação interior que Deus aplica diretamente à mente, controlando os pensamentos e as disposições daquele sujeito determinado, e de nenhum outro.²⁴ E a mesma teologia responde de antemão ao experimento mental que o materialismo julga decisivo contra a alma: ainda que a clonagem humana viesse a produzir um duplicado fisicamente perfeito, nem por isso duplicaria a pessoa, pois Deus cria cada alma nova e a associa ao corpo, de modo que o próprio clone bem-sucedido teria alma própria, mente própria, índice próprio.²⁵ Copiar o padrão do corpo até a última célula deixaria intacto aquilo que constitui a pessoa, porque o eu se recebe do decreto e da criação imediata de Deus, e decreto não se fotocopia. Longe de dissolver a pessoa, a causalidade divina universal é o único fundamento sobre o qual a pessoa não se dissolve.

Dessa individuação decorre uma consequência epistemológica que devolve o problema do autoconhecimento ao seu lugar bíblico e o resolve ali. Vimos com Plotino que o autoconhecimento buscado de dentro, por introspecção, é de todas as coisas o mais difícil, e vimos com Leibniz e Clark que somente Deus conhece o complexo completo que eu sou. O escrituralismo tira daí a conclusão que a

filosofia secular jamais poderá tirar: se o meu acesso introspectivo a mim mesmo é falível e parcial, então o conhecimento seguro que tenho de mim tem de proceder de uma fonte exterior e infalível, e a única fonte exterior e infalível é a revelação. Cheung guarda as duas metades dessa verdade com uma precisão que envergonha os dois extremos. Contra o intuicionismo, ele afirma o conhecimento inato de Deus, real e suficiente para tornar todo homem indesculpável, e ao mesmo tempo nega que esse conhecimento possa servir de primeiro princípio da teologia, pois falta a ele conteúdo, clareza e objetividade; a Escritura é que prova o conhecimento inato, jamais o inverso, e o pecador o suprime de modo culpável até que a regeneração o desperte do sono intelectual e moral.²⁶ Contra o ceticismo dos que, em nome do axioma, negam ao cristão o conhecimento de si, ele responde com o próprio texto: quem, dentre os homens, conhece as coisas do homem, senão o espírito do homem que nele está? Logo o homem conhece os próprios pensamentos e pode fornecê-los como premissas privadas às deduções bíblicas sobre si mesmo, premissas que ninguém exhibe em debate público e que ninguém precisa exhibir, pois o debate público versa sobre a cosmovisão pública, ao passo que a dedução sobre mim mesmo se faz no foro da minha própria mente. E o degrau mais alto dessa escada dispensa até a dedução: a certeza da filiação, antes de ser uma descoberta do homem, é um ato de Deus, pois o Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus, e por ele clamamos Aba, Pai; o texto de Romanos trata a questão no plano da metafísica e atropela os problemas da epistemologia, porque não descreve método humano algum de descoberta, e sim uma operação divina que causa o conhecimento, causa o clamor e causa o ser.²⁷ Uma filosofia bíblica, longe de enfraquecer o autoconhecimento que o evangelho promete, tem o dever de garanti-lo, e o garante.²⁸ E quem brande Jeremias 17.9, o coração enganoso sobre todas as coisas, contra a certeza do crente, esqueceu de ler as palavras antes de arremessá-las: aquela descrição convém ao não regenerado, e aplicá-la ao nascido de novo, nova criatura cujo coração de pedra foi trocado por um coração de carne, equivale a confessar que Cristo não fez diferença alguma no cristão, o que já deixou de ser teologia e virou acusação contra o evangelho.

A ordem, portanto, é esta em toda a vida cristã: em vez de escavar o próprio poço para descobrir quem é, o crente recebe da Escritura as proposições que o definem, e se examina à luz delas, tendo por guia o Espírito. O socrático conhece-te a ti mesmo, impossível como programa autônomo, cumpre-se como dom: aquilo que de mim mesmo não posso ler, Deus lê por inteiro, e revelou na Escritura tudo quanto desta vida preciso saber sobre o que sou, o que fui em Adão e o que serei em Cristo. E aqui a definição de pessoa fecha o círculo com a doutrina do eu. Somente aquele que disse EU SOU O QUE SOU se define por si mesmo, porque nada existe acima dele pelo qual pudesse ser definido; a criatura, concebida e definida pelo Criador, só se conhece em relação a ele, e toda definição do eu centrada no próprio eu é uma má definição do eu, a usurpação original repetida em miniatura.²⁹ Por isso o crente não se define pela raça, pela nação, pela profissão, nem sequer pelo trauma a que sobreviveu; considera essas categorias humanas refugio para ganhar a Cristo, define-se pelo seu lugar no reino, e aprende a dizer eu sem usurpar o EU SOU, na exata sintaxe de Paulo: pela graça de Deus sou o que sou.³⁰ A autodefinição do cristão é escriturística ou é fantasia; e o incrédulo que recusa a Palavra fica, quanto a si mesmo, na situação exata que Clark descreveu ao seu crítico: um nome dado a um complexo que ele próprio não conhece.

VII. As implicações: da alma ao tribunal

Uma definição verdadeira não permanece na prateleira; ela desce à rua e julga. A definição clarkiana, e me permito ampliar (como também ampliei a construção): a definição escrituralista expansionista de pessoa produz consequências em cadeia, e enumerá-las é medir sua fecundidade.

Primeira consequência, antropológica: a pessoa é imortal por natureza da sua definição. Um complexo de proposições não pesa, não ocupa espaço, não se dissolve com a química do cérebro. O corpo é instrumento e aguardará ressurreição; a pessoa, que é a mente, permanece diante de Deus. Toda a

psicologia materialista, que reduz o pensamento a comportamento ou secreção, fica refutada de saída, pois quem afirma que o pensamento é secreção afirma uma proposição, e proposições não são secreções.

Segunda consequência, ética e jurídica: se a pessoa é uma consciência que conhece a si mesma, como os animais não conhecem, então a pessoa, e somente ela, tem direitos.³¹ E aqui a definição desce ao tribunal com espada. Clark observou, com a indignação de um profeta e a precisão de um lógico, que o público de sua nação se tornara tão depravado que a pergunta pelo que é uma pessoa passou a decidir o assassinato de bebês por suas mães, sob a alegação de que os bebês não são pessoas.³² Quem controla a definição de pessoa controla a lista dos que podem ser mortos impunemente. Uma civilização que deixou a palavra indefinida entregou essa lista ao arbítrio dos poderosos; a definição escriturística a arranca deles, pois o infante, criado à imagem de Deus, portador nascente de racionalidade, está dentro da definição, e o tribunal que o exclui nada descobriu sobre a realidade, tendo apenas decretado, com aparência de ciência, a licença para matar.

Terceira consequência, epistemológica: o conhecimento de pessoas, inclusive o autoconhecimento, é proposicional, parcial nesta vida e completo apenas em Deus. Isso destrói de um golpe a religião da experiência inefável e a espiritualidade do encontro sem conteúdo. Conhecer a Deus é conhecer as proposições que ele revelou sobre si; amar a Deus com todo o entendimento é assentir a elas e deduzir delas; e a santificação, renovação da mente, é literalmente a reconstituição do complexo de proposições que eu sou, substituindo falsidades por verdades reveladas. O crente que memoriza, entende e crê a Escritura não está apenas informando-se: está sendo refeito naquilo que ele é, pois se a pessoa é o que pensa, pensar os pensamentos de Deus é tornar-se conforme a imagem do seu Filho. A verdade, ensina Clark, é o conjunto de proposições que constituem a mente de Deus, fixa, definitiva e eterna,³³ e a mente humana redimida é enxertada, proposição a proposição, nesse conhecimento.

Quarta consequência, apologética: a definição fecha a porta ao irracionalismo devoto. Se a imagem de Deus é basicamente lógica, então depreciar a lógica em nome da piedade é depreciar a própria imagem segundo a qual fomos criados, e a pregação do Evangelho, que pressupõe uma mente capaz de entender um relato e uma explicação, seria impossível se a queda houvesse aniquilado a racionalidade em vez de corrompê-la.³⁴ O pietismo que opõe o coração à cabeça ignora que, na Escritura, o coração pensa; Provérbios 23.7, o mesmo verso que fundamenta a definição de pessoa, o declara. A oposição entre coração e intelecto é uma invenção moderna sem apoio no texto sagrado, e sobre invenções não se edifica doutrina.

VIII. Veredito

Chegamos, meu caro, ao ponto em que o argumento exige de ti uma decisão, e não um aplauso. A pergunta o que é uma pessoa foi feita a todos os sistemas, e todos, menos um, devolveram silêncio ou ruído. O senso comum ofereceu familiaridade sem conhecimento; a escolástica ofereceu uma substância que confessa não saber o que é; Hume ofereceu sensações que morrem com os nervos; o materialismo ofereceu um cadáver; o existencialismo ofereceu um mistério proibido de falar. Clark, partindo do axioma de que a Escritura é a Palavra de Deus, encontrou em Provérbios 23.7 o que dezesseis séculos de concílios não formularam: o homem é o que pensa; a pessoa é o complexo das proposições que pensa; Deus, que não pensa falsidade alguma, é o complexo eterno de todas as verdades, subsistente em três Pessoas cujos conteúdos a própria Escritura distingue.

Examina a definição pelo único critério legítimo, a dedução a partir da Palavra, e verás que ela faz o que uma definição teológica deve fazer: aplica-se a Deus e ao homem sem equivocidade, preserva a distinção das Pessoas divinas sem dividir a Verdade, explica a imortalidade da alma, fundamenta a imagem de Deus na racionalidade que Colossenses declara, dá à fé um objeto inteligível, à santificação um mecanismo real

e ao nascituro uma muralha. E se alguma de suas consequências te assusta, como a cristologia de duas mentes assustou os guardiões de fórmulas indefinidas, pergunta a ti mesmo se o teu susto procede da Escritura ou do hábito, pois o hábito não é regra de fé, e a fórmula que ninguém entende não protege doutrina alguma; apenas esconde, sob solenidade, o vazio.

O mundo presente decide quem vive e quem morre manipulando a palavra pessoa que nunca definiu; a igreja presente canta sobre um relacionamento pessoal cujo termo central não sabe explicar. Contra ambos, a herança de Clark é um mandamento de sobriedade intelectual: descarta o que não significa, define o que a Escritura te obriga a dizer, e depois sustenta a definição diante de todos os tribunais, porque quem sabe o que é uma pessoa sabe quem é o seu Deus, sabe quem é o seu próximo e sabe quem ele mesmo será quando, terminadas as proposições falsas, restar apenas a verdade. Tu és o que pensas; pensa, portanto, o que Deus disse.

Notas

1. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre as ambiguidades do Credo de Calcedônia e a exigência de uma definição de pessoa.
2. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre o banimento do termo substância e o princípio Descarte ou Defina.
3. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, sobre Plotino, Agostinho, Hegel e a dificuldade do autoconhecimento.
4. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, sobre conceitos e proposições como objetos do conhecimento.
5. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre Hume, a abolição da substância e a tentativa de definir pessoa.
6. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre o materialismo contemporâneo, Dewey, a Transfiguração e o ladrão na cruz.
7. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, resposta a Ronald Nash sobre o Ich-an-sich e a vacuidade dos termos Ser e Realidade.
8. Douglas J. Douma, *O Filósofo Presbiteriano*, sobre a busca de Clark por uma definição de pessoa a partir de Provérbios 23.7.
9. Douglas J. Douma, *O Filósofo Presbiteriano*, citando a proposta de Clark do homem como conjunto de pensamentos.
10. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, definição de pessoa como composição de verdades e, mais exatamente, de proposições.
11. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre a pessoa como as proposições que ela pensa.
12. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, sobre Colossenses 3.10 e a imagem de Deus como conhecimento, racionalidade e lógica.
13. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, sobre a unidade da pessoa e a interpenetração de intelecção e volição.
14. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, sobre a confiança numa pessoa como assentimento a proposições.
15. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, citando Leibniz sobre o conceito completo do sujeito individual e o conhecimento divino do ego.
16. Gordon H. Clark, *Language and Theology*, resposta a Robert Reymond sobre o nome próprio como rótulo de um complexo de proposições.

17. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, catálogo de passagens que chamam Deus de Verdade.
18. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre a distinção das três Pessoas por seus complexos de verdades.
19. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, registro da objeção de Arthur Holmes sobre idealismo e Deus como conjunto de proposições.
20. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, crítica final às formulações contraditórias sobre a humanidade de Cristo.
21. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre a relação única entre o Logos e Jesus e a plenitude das proposições divinas em Cristo.
22. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, parágrafos finais acrescentados por John W. Robbins a pedido do autor, fiéis ao espírito do manuscrito interrompido pela morte.
23. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre Nestório, seus oponentes e a ausência de definição de pessoa em Éfeso e Calcedônia.
24. Vincent Cheung, "Divine Action in the Soul", sobre a eficácia do evangelho pela ação interior de Deus aplicada diretamente à mente.
25. Vincent Cheung, "Human Cloning and the Soul", sobre a criação de cada alma por Deus e a alma própria de um eventual clone.
26. Vincent Cheung, "Man's Innate Knowledge", sobre o conhecimento inato afirmado pela Escritura e inapto a servir de primeiro princípio.
27. Vincent Cheung, "The Gospel Guarantee of Self-Knowledge", sobre 1 Coríntios 2.11, as premissas privadas e o testemunho do Espírito em Romanos 8.15,16.
28. Vincent Cheung, "Philosophy and Self-Knowledge", sobre a garantia filosófica do autoconhecimento prometido pelo evangelho.
29. Vincent Cheung, "The Christian and the Self", sobre o EU SOU e a definição da criatura centrada no Criador.
30. Vincent Cheung, "The Christian's Self-Definition", sobre a recusa das categorias humanas na autodefinição do cristão.
31. Gordon H. Clark, *Essays on Ethics and Politics*, sobre a pessoa como consciência de si e fundamento dos direitos.
32. Gordon H. Clark, *A Encarnação*, sobre a negação da personalidade dos nascituros.
33. Gordon H. Clark, *Uma Filosofia Cristã da Educação*, sobre a verdade como o conjunto de proposições que constituem a mente de Deus.
34. Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, sobre a queda, os resquícios da imagem e a pressuposição racional da pregação do Evangelho.